

EDITORIAL

Carolina Russo Simon

Seção Local Presidente Prudente - SP

André dos Santos Baldraia Souza

Seção Local Porto Alegre - RS

Eduardo Karol

Seção Local Niterói-RJ

Lorena Izá Pereira

Seção Local Presidente Prudente - SP

Contato: terralivreagb@gmail.com

Resumo:

Expressa a opinião da Coordenação de publicações sobre a conjuntura no momento da publicação do número da Terra Livre.

Palavras-chave: Publicação, Periódico, Terra Livre.

Terra Livre	São Paulo	Ano 40, v.2, n.65, jul-dez 2025	ISSN 2674-8355
-------------	-----------	---------------------------------	----------------



Este trabalho está licenciado com <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

A *Revista Terra Livre*, publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), consolida-se, ao longo de sua trajetória, como um espaço de divulgação da produção geográfica nacional, marcado pela pluralidade temática e pela diversidade de abordagens teóricas.

Ao mesmo tempo, a AGB, por meio de sua pauta de publicações científicas, cumpre o importante papel de promover o debate não apenas sobre temas de interesse da Geografia e da sociedade, mas também de trazer ao centro da discussão uma questão estrutural: as políticas de divulgação e de comunicação científica. A entidade desenvolve ações que não se limitam ao estudo e à adequação às orientações estabelecidas por órgãos, agências e comitês, mas busca igualmente posicionar-se e produzir materiais e debates que contribuam para o fortalecimento dessa pauta.

Nesse contexto, a AGB organizou, em 2025, o [*Manifesto da Geografia pela Ética na Publicação Científica*](#), documento que reúne não apenas orientações voltadas aos diferentes públicos envolvidos — como editores(as), autores(as), avaliadores(as) e leitores(as) —, mas também promove reflexões sobre questões que afetam cotidianamente a atividade editorial e a pesquisa científica.

Esse debate é central em um contexto no qual se observa a conversão de um conhecimento científico comprometido com a sociedade em uma lógica de produção mais orientada às métricas quantitativas e aos rankings. Tal processo tende a deslocar o sentido genuíno das publicações dos resultados das pesquisas, para práticas incorretas como a manipulação de citações e de autoria, o plágio, a publicação predatória e a mercantilização do conhecimento. Cotidianamente, instituições e espaços de referência, como o [*Committee on Publication Ethics \(COPE\)*](#), têm alertado para o surgimento de novas práticas predatórias envolvendo a publicação e a divulgação científica, e a Geografia não está alheia a esse cenário.

Nesse sentido, é importante destacar que este número foi concebido em meio a dois episódios centrais. O primeiro refere-se à publicação, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da classificação dos periódicos referente ao quadriênio 2021-2024, amplamente conhecida como Qualis Periódicos, que marca o fim da classificação das revistas científicas por estratos (A1, A2, entre outros). Trata-se de uma mudança que já havia sido comunicada pela CAPES ainda em 2024 e que suscitou debates em diferentes âmbitos, contexto no qual a AGB publicou a nota técnica [Reflexões sobre o Qualis CAPES, o Fator de Impacto e a Divulgação Científica](#).

O Qualis Periódicos 2021-2024 apresenta uma [reformulação metodológica](#) que suscita preocupações, na medida em que o modelo adotado se ancora, sobretudo, em critérios como a centralidade de parâmetros externos de qualidade — independentemente de seu uso, pertinência ou relevância para as áreas específicas —; a ênfase na equivalência e na comparabilidade entre áreas de avaliação, bem como na reprodutibilidade dos resultados; a valorização da internacionalização e da indexação; e a adoção de critérios considerados objetivos, baseados em indicadores internacionalmente difundidos e em metodologias padronizadas.

Essa reconfiguração, ao priorizar métricas e parâmetros exógenos às dinâmicas próprias das áreas do conhecimento, tende a aprofundar assimetrias, desconsiderar especificidades disciplinares e reforçar uma lógica produtivista que, muitas vezes, se distancia das funções sociais da produção científica e do papel formativo e crítico desempenhado pelas revistas científicas. Nesse contexto, coloca-se uma questão fundamental: se as publicações dos periódicos da Geografia são resultado de pesquisas científicas e/ou representam contribuições efetivas para o debate geográfico, para a formação acadêmica e para o debate público, em que medida tais contribuições deixam de ser

consideradas relevantes quando os critérios de avaliação passam a privilegiar predominantemente métricas de circulação e de impacto internacional?

Tal questionamento não busca negar a importância de processos de avaliação e de parâmetros de qualidade, mas problematizar os fundamentos que orientam esses critérios, sobretudo quando passam a desconsiderar o papel histórico de periódicos comprometidos com o desenvolvimento do pensamento crítico, com a difusão do conhecimento produzido nas instituições brasileiras e com o diálogo entre a universidade e a sociedade.

O segundo episódio compreende a publicação, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da [Portaria n. 2.664, de 6 de março de 2026](#), que institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq, estabelecendo normas e boas práticas de atuação com os objetivos de promover a ética e a integridade na atividade científica, estabelecer diretrizes de boas práticas e estimular a qualidade e a integridade das informações em todas as etapas dos projetos de pesquisa apoiados. Segundo a normativa, a portaria está direcionada ao CNPq e aos pesquisadores(as) por ele financiados. Todavia, seus desdobramentos ultrapassam o âmbito institucional imediato, na medida em que reforçam um conjunto de princípios, responsabilidades e procedimentos que impactam diretamente o cotidiano da pesquisa e, conseqüentemente, o trabalho editorial dos periódicos científicos. Nesse sentido, a política de integridade científica recoloca, de forma institucionalizada, temas que há anos vêm sendo debatidos por editores(as), associações científicas e pesquisadores(as).

Para além do debate permanente referente à publicação científica, o número 65 da *Terra Livre* foi editado em meio ao processo de construção do [XXI Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos \(XXI ENG\)](#). O evento, organizado pela AGB sob o tema “*Geografia*,

Democracia e Lutas Sociais: outro Brasil é possível!”, será realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no período de 19 a 24 de julho de 2026. O ENG consolida-se, ao longo de sua trajetória, como um pilar fundamental para o desenvolvimento da Geografia brasileira. Ao reunir, a cada dois anos, a comunidade acadêmica, profissional e estudantil, o evento constitui um fórum privilegiado para o debate da ciência geográfica em suas múltiplas dimensões, envolvendo desde reflexões teórico-metodológicas até discussões sobre ensino, pesquisa, atuação profissional e o papel social da Geografia em um país marcado por profundas desigualdades socioespaciais.

Realizado no ano do centenário de Milton Santos, o XXI ENG adquire, ainda, um significado particular, ao ocorrer em Salvador/BA, cidade profundamente vinculada à trajetória intelectual e política do geógrafo, cuja obra permanece como referência incontornável para a compreensão crítica do território, da globalização e das desigualdades socioespaciais. Neste sentido, a AGB, em conjunto com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), a União da Geomorfologia Brasileira (UGB), a Associação Brasileira de Climatologia (ABClima) e a Associação Brasileira de Biogeografia (ABBIOGEOP), lançou o [Selo Comemorativo do Centenário de Nascimento do Professor Milton Santos \(1926-2026\)](#). Este selo foi concebido para unificar as celebrações ao longo de 2026, esse símbolo acompanhará congressos, publicações e atividades culturais em homenagem a Milton Santos.

É mediante este contexto político e científico da Geografia brasileira que o número 65 da Terra Livre foi construído. O presente número reafirma esse perfil ao reunir artigos que, em seu conjunto, evidenciam a vitalidade e a amplitude do campo geográfico no Brasil. As contribuições percorrem temas que vão da questão ambiental — expressa, entre outros aspectos, pela perda de vegetação nativa — às suas múltiplas implicações, seja na reprodução de modos de vida, seja na transformação e, por vezes, destruição dos lugares.

No âmbito urbano, os textos exploram diferentes dimensões das contradições socioespaciais, abordando tanto a produção simbólica — como no caso dos grafites — quanto os processos de segregação inscritos no planejamento e na produção do espaço em cidades planejadas.

A edição também se caracteriza por sua abrangência territorial, com análises que se estendem da região Norte ao Sul do país, culminando em uma reflexão sobre a questão previdenciária, cujo desenho institucional remete, ao menos em princípio, ao ideal de equidade socioterritorial.

Ao revisitar a tradição da geografia francesa, Fonseca retoma o conceito de território como chave analítica para pensar circulação, coesão e ordenamento, oferecendo uma contribuição que dialoga tanto com o campo acadêmico quanto com a formulação de políticas públicas.

Melo *et.al* examinam a educação quilombola a partir da experiência de uma escola pública em Sergipe, evidenciando como, em um contexto de agudização das condições para os educadores, os desafios enfrentados por esse público se tornam ainda mais intensos.

A construção de uma cartografia alternativa ganha destaque na experiência de etnomapeamento junto ao povo Huni Kuĩ, autóctones da Amazônia Ocidental. Mais do que um instrumento de gestão territorial, o trabalho revela uma forma singular de relação com a natureza, conforme apresentado por Gavazzi.

A transformação da paisagem acreana, marcada pela derrubada da floresta e sua conversão em áreas agropecuárias, é analisada por Moares *et. al.*, que aponta os riscos dessa dinâmica para outras formas de existência.

No campo da gestão ambiental, Kormann *et al.* demonstram o papel do corpo técnico da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) na elaboração de instrumentos qualificados de planejamento, ressaltando, contudo, que sua

efetividade depende das decisões dos gestores públicos.

Adentrando o debate urbano, Bustamante e Collins analisam, de forma crítica, os planos de Belo Horizonte e Chicago, revelando como projetos orientados por ideais de progresso produziram processos de expropriação e segregação da população negra, bem como as formas de resistência construídas nesse contexto.

A produção do espaço urbano também é explorada por Nunes, que, ao analisar os grafismos da Zona Portuária do Rio de Janeiro, evidencia como a paisagem urbana se constitui como expressão de conflitos, disputas e desigualdades.

Encerrando o número, Alves discute a questão previdenciária a partir da articulação entre norma, política e território, mostrando como o direito inscrito na Constituição de 1988 foi progressivamente reconfigurado, assumindo contornos mais seletivos e espacialmente concentrados.

Enfim, é com grande alegria e fruto de muito trabalho que conseguimos oferecer à comunidade científica um novo volume da Revista Terra Livre. Esperamos que a leitura destas produções inspire não apenas novas pesquisas na área, mas também a participação ativa na construção do futuro da Geografia por meio de nossa associação. Afinal, “um outro Brasil é possível” se a comunidade geográfica estiver unida no protagonismo da mudança.